O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Wellington Moura, no que pese V. Exa. ter falado primeiro, a deputada Márcia Lia estava no microfone já há um bom tempo, aguardando.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança da Minoria, tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar pelo PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Infelizmente, temos dez minutos para encerrar a sessão. Se V. Exa. quiser fazer uma comunicação, é possível. Senão, não teremos tempo suficiente.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu não entendi Vossa Excelência. O deputado Wellington Moura falou primeiro no microfone. O Regimento diz que deve falar aquele que chega primeiro ao microfone? Ele falou primeiro no microfone, ele precisava encaminhar pela bancada do PRB. O PT e a Minoria estão o dia inteiro encaminhando. Agora o deputado Wellington Moura quer encaminhar e V. Exa. atropela... Não entendi.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, a deputada Márcia Lia, quando o deputado Giannazi completou sete minutos de fala, ficou aqui grudada no microfone, esperando para pedir a palavra. Peço a compreensão. Nós debatemos o dia inteiro, só a bancada do PT. Até agora, V. Exas. não debateram. Não podemos tirar o direito da deputada.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Pois é, deputado Barba. Vossas Excelências debateram o dia inteiro. Agora o PRB quer falar e é atropelado?

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Não foi atropelado, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, se formos parar para ver quem chega primeiro ao microfone, o PT, diante da situação em que se encontra, desesperado, realmente vai procurar o microfone para tomar a frente. Mas acho que vale quem pede primeiro no microfone. Eu pedi primeiro. Por isso, eu pediria a V. Exa. que fizesse essa reconsideração a este deputado, que sempre tem procurado seguir o Regimento. Acredito que este é o momento de refletirmos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputados, a política de bons costumes da Casa sempre zelou e pregou em relação à utilização da palavra. Para mim, ficou muito claro, desde o início, que a deputada Márcia Lia veio ao microfone para fazer o pedido de encaminhamento. É claro, o deputado Wellington Moura chegou e foi muito rápido na sua fala, antes da deputada Márcia Lia.

Então, pela política dos bons costumes e boas práticas da nossa Assembleia, a palavra está com a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Eu gostaria de dizer ao deputado Wellington Moura que tanto não estamos desesperados que vou passar o tempo que me sobra para que o deputado possa fazer a sua manifestação.

Por gentileza, ocupe a tribuna no meu lugar. Estou cedendo o lugar para V. Exa...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Márcia Lia, V. Exa. não pode ceder o seu tempo, a não ser que seja para um deputado da sua própria bancada.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Deputada Márcia, V. Exa. me concede um aparte?

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não cabe aparte. Vossa Excelência está encaminhando, portanto não cabe ceder tempo, a não ser que seja a um deputado da sua própria bancada.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É feira aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Por isso que eu estou colocando ordem e organizando. Esta Casa tem presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Não tem feira, Sr. Presidente. O PT quer feira.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vamos organizar. Continua com a palavra a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Muito obrigada por restabelecer o nosso tempo para encaminhar. Eu já estou com o meu tempo de nove minutos correndo. Nós estamos encaminhando a votação do Projeto de lei nº 1.070, de 2017.

Como eu já havia dito na minha outra manifestação, quero deixar muito claro que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem várias restrições a esse projeto de lei, tendo em vista o fato de que ele se propõe a fazer uma renegociação de novas operações de crédito para o Governo do Estado de São Paulo.

Como foi dito por vários dos meus companheiros, vários deputados que me antecederam, esse projeto de lei tem no seu bojo a tentativa de retomar obras da Linha 15, obras da Linha 17, a PPP da Rodovia dos Tamoios, obras essas que estão eivadas por uma série de problemas, obras essas que já deveriam ter sido terminadas há bastante tempo. Algumas delas, inclusive, deveriam ter sido entregues para a Copa do Mundo de 2014, mas não foram. Portanto, existe uma evidência muito grande, está claro, está transparente que o Governo do Estado de São Paulo não cumpriu o contrato, não estabeleceu regras de cumprimento daquilo que foi combinado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Fora isso, nós temos ainda o sobrepreço. O quilômetro da obra da Linha 15 teve seu preço médio por quilômetro estimado, quando foi feito o primeiro contrato, em 187 milhões. Agora, nos tempos atuais, com essa renegociação da dívida com o BNDES, o valor médio por quilômetro passa a ser de 328 milhões de reais, ou seja, quase o dobro do valor originalmente orçado.

Fora isso, tem também várias questões técnicas, várias dificuldades nos projetos originários. Infelizmente, nós tivemos informações, há pouco, no corredor, de que na estação Oratório, que foi entregue há uns três anos, aproximadamente, chove mais dentro do que fora. É uma obra que foi entregue muito rapidinho, que foi entregue muito mal feita, que tem uma série de vícios redibitórios que deveriam ter sido corrigidos pelo Governo do Estado de São Paulo, e não foram. Portanto, o pequeno trecho que foi entregue já está com uma série de problemas, problemas esses que deveriam ser corrigidos e que não existe disposição do Governo do Estado de São Paulo para isso.

Outro problema que nós queremos mencionar aqui é em relação à Linha 17-Ouro, também do monotrilho, que tem um sobrepreço da ordem de 351,24 como valor do quilômetro do empreendimento maior do que o previsto inicialmente. Ou seja, foi previsto inicialmente que o quilômetro, nessa Linha 17, seria da ordem de 132 milhões o quilômetro quadrado, considerando...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Márcia Lia, mesmo considerando a importância do pronunciamento de V. Exa., estamos no final da sessão. Vossa Excelência poderá encaminhar novamente na próxima sessão, pois está esgotado o tempo da sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão à zero hora e 20 minutos.

* * *

22 DE DEZEMBRO DE 2017
194ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: MARCO VINHOLI e CAUÊ MACRIS
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - MARCO VINHOLI
Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reuniões extraordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; e da Comissão de Fiscalização e Controle, a serem realizadas hoje, às 17 horas.
2 - CORONEL TELHADA
Solicita a suspensão da sessão até as 18 horas e 45 minutos, por acordo de lideranças.
3 - PRESIDENTE MARCO VINHOLI
Defere o pedido e suspende a sessão às 14h32min.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Assume a direção dos trabalhos e reabre a sessão às 18h46min. Convoca sessão solene, a realizar-se dia 16/02, às 20 horas, para a "Entrega do XI Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, de 2017", a pedido do deputado Carlos Bezerra Jr. Informa a transferência da sessão solene, que seria realizada no dia 02/02 às 10 horas para a "Comemoração dos 150 anos de constituição da Companhia Paulista de Estradas de Ferro" para o dia 19/02, às 10 horas, por solicitação do deputado João Caramez. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a ser realizada hoje, às 19 horas e 10 minutos.
5 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, discorre sobre o pedido de abertura de CPI. Afirma que esta Casa tem que cumprir com sua obrigação constitucional de fiscalização do Executivo. Considera a não investigação uma omissão desta Casa. Informa que o Governo quer votar o financiamento com o objetivo de expandir o metrô, e que existem irregularidades a serem investigadas. Apela para que todos os deputados assinem a CPI proposta pelo PT.
6 - MARCO VINHOLI
Pelo art. 82, cumprimenta os deputados da oposição e da base pelas discussões ocorridas durante todo o dia nesta Casa. Destaca a importância do projeto de financiamento e do Orçamento. Critica os números apresentados ontem pela oposição. Informa que as obras do metrô foram paralisadas em razão do envolvimento das empreiteiras na Lava Jato. Ressalta que em 2018 serão entregues 21 estações do metrô. Diz terem sido investidos mais de um bilhão de reais. Defende a necessidade de aprovação do financiamento. Considera ter sido hoje o início da campanha eleitoral do PT. Afirma que este financiamento ajudará milhões de pessoas, que há muito tempo esperam estas linhas do metrô. Cita os números do Orçamento de São Paulo para 2018.
7 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, combate o pronunciamento do deputado Marco Vinholi. Discorre sobre as etapas necessárias para se fazer um projeto.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária, a realizar-se no dia 26/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Marco Vinholi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos regimentais, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, a realizar-se hoje, às 17 horas, no Plenário D. Pedro, com a finalidade de se apreciar o Projeto de lei nº 902, de 2017.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos regimentais, convoco reunião extraordinária da Comissão de Fiscalização e Controle a realizar-se hoje, às 17 horas, no Plenário Tiradentes, com a finalidade de se apreciar o PDL nº 14, de 2017.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MARCO VINHOLI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Coronel Telhada e suspende a sessão até as 18 horas e 45 minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 14 horas e 32 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 46 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do deputado Carlos Bezerra Jr., presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, convoca V. Exas., nos termos do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2018, às 20 horas, para a entrega do 11º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos de 2017.

Atendendo solicitação do deputado João Caramez, esta Presidência transfere a sessão solene convocada para o dia 2 de fevereiro de 2018, às 19 horas, com a finalidade de comemorar os 150 anos da constituição da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para o dia 19 de fevereiro de 2018, às 10 horas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, esta Presidência convoca V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 1070, de 2017, e Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2017.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi, pelo Art. 82.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero fazer uma nova comunicação sobre o pedido de CPI que estamos fazendo, porque nós entendemos que esta Casa tem que cumprir com a sua obrigação, com a sua determinação, que é um mandamento que nós temos. Está esculpido na nossa Constituição aquilo que nos compete fazer, aquilo que nos compete como deputados estaduais, assim como tantos outros órgãos, poderes, e instituições têm sua competência.

Deputado Coronel Camilo, nós sabemos, por exemplo, que a Polícia detém o poder de exercer a segurança em nome do estado. Mas, se vemos, por exemplo, alguma ocorrência em flagrante delito, qualquer pessoa tem o direito... Um policial tem o dever, uma autoridade pública tem a obrigação, mas o cidadão não. E nós estamos vendo coisas acontecendo, então nós temos essa competência, praticamente uma obrigação de fiscalizar o Executivo e não fazer nós estamos nos omitindo, o que também é grave. E nos omitindo não só perante nós mesmos, mas nos omitindo perante a sociedade, porque a sociedade está nos observando. A sociedade olha para a Assembleia Legislativa, para o maior Parlamento estadual do País, para os 94 deputados estaduais que estão aqui, na antevéspera de Natal de 2017, não por acaso. A primeira razão é que fomos eleitos. A segunda razão é que a pauta do ano ainda não fechou porque tem divergência nas contas não transparentes. Tem aí, deputado Marco Vinholi, divergências frontais sobre a conta; precisa ser feito esse debate. Precisa ter maior esclarecimento. O Governo quer votar, por exemplo, um projeto de financiamento de mais um bilhão para a Linha 17, e tem irregularidades apontadas ali. Tem recebimento de propina, que é apontada envolvendo essa obra, e nós não vamos investigar? Se os demais poderes estivessem funcionando, com seu vigor e competência, Tudo bem; mas, não estão. Pelo contrário, há uma omissão.

Então, fica um apelo a todos os colegas parlamentares: deputados estaduais, assinem a CPI que a bancada do Partido dos Trabalhadores está propondo, para que possamos instalar, já, a CPI do cartel das obras da tucanagem do estado de São Paulo que envolve o governo Serra e o governo Alckmin.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSDB, tem a palavra o deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero iniciar a minha fala aqui cumprimentando a oposição. A oposição está o dia todo aqui fazendo o seu papel, tentando obstruir o Orçamento, as contas, o PL 1070 e tudo que for possível. Respeito o direito deles de fazerem isso. Mas respeito, principalmente, em nome do nosso líder, deputado Barros Munhoz, os parlamentares da base que estão aqui porque entendem que o estado de São Paulo tem que avançar e sabem da importância dessas contas corretas, a importância do Orçamento e a importância do financiamento 1070.

Ontem nós ficamos aqui, por seis horas, ouvindo números jogados ao vento, sem qualquer responsabilidade com a verdade. Falavam aqui primeiro "ah, mas por que ficou mais caro, por que isso, por que aquilo?" Olha, é evidente. Se o primeiro projeto não contava aqui com estação, com pátio e com sistema, era só para a via elevada e para os trens do monotrilho. Isso vocês sabiam, quando falavam aqui aos quatro ventos, que o projeto ficava mais caro, como se isso fosse alguma irregularidade. É evidente que o objeto, sendo diferente, que não estavam previstos, anteriormente, esses investimentos, os valores vão ser diferentes. Vocês também sabem disso. Sabem que a obra foi paralisada por causa das empreiteiras que tiveram problema lá na Lava Jato e que depois, a muito custo, o Governo do Estado pode organizar essa situação e tocar a obra de 12 meses para cá. Sabemos também a importância desse financiamento. E para mim, ser contra esse financiamento é ser contra essas linhas e, consequentemente, ser contra o povo daquela região.

Quero aqui registrar por que houve a suspensão. E nós sabemos muito bem, vocês também sabem. Na ponta do Jabaquara, há necessidade de remoção de mais de oito mil famílias da favela Alba. Também, lá na ponta do Panamby, as desapropriações de 400 casas na comunidade do Paraisópolis, obras importantes que não estão descartadas, mas nesse momento esse financiamento vai vir para, finalmente, conseguir chegar em mais oito estações até o ano que vem. O ano que vem são 21 estações entregues em São Paulo. Talvez essa seja a maior entrega feita na história deste Estado em estações de metrô. São 21 estações; não é pouca coisa. Só nessa linha são oito estações que o pessoal da Vila Prudente espera há tantos anos por monotrilho também.

Quero também falar um pouco sobre o quanto já foi investido: 1,8 bilhões de reais, sendo 790 milhões do Tesouro do estado de São Paulo. Sabemos, a muito custo, o quanto o Governo do Estado investe em metrô. E precisaria ter uma parceria muito maior do governo federal. Falta ainda 1,8 milhões para sistemas, material rodante, obras civis. Além disso, na Linha 15 - Prata, há esse empréstimo de 324 milhões.

Eu já estive em reuniões lá na Vila Prudente, inclusive com deputados do PT, como o ex-deputado Adriano Diogo. Sabemos da necessidade de isso acontecer. São quase cinco bilhões que serão investidos em 14,6 quilômetros, para chegar à estação Iguatemi e à Jardim Colonial. Só do Tesouro são 496 milhões de reais. São duas estações em operação: a Vila Prudente e o Oratório; e mais oito estações, de São Lucas até São Mateus, no ano que vem.

É evidente que queremos chegar, sim, à Cidade Tiradentes. Mas, para isso, é necessário que esta Casa tenha o entendimento da necessidade desse financiamento. E vocês sabem disso. Eu entendo o papel, muitas vezes, da oposição, que já está na pauta eleitoral aqui. É o papel de vocês; tudo bem. Mas que o telespectador da TV Assembleia tenha a noção concreta de que o que está acontecendo nesta Casa, hoje, é o início de uma campanha eleitoral do PT.

O deputado Barros Munhoz segurava, ali, uma matéria sobre o presidente Lula, indicando à bancada do PT que apertasse o pé. Que, através de vocês, a oposição apertasse, a fim de tentar barrar o projeto do governador Geraldo Alckmin de ser presidente do Brasil. Ora, esse pé tem sido apertado, mas vejo os números que foram jogados aqui, a incoerência nos dados passados. E aquela pessoa que ficou, por seis horas, vendo dados jogados ao vento, pode concluir que oposição é oposição, mas invenção é outra coisa.

Que tragam, aqui, números concretos e indicações reais; que não tragam fantasias e não criem um estado irreal. Através desse financiamento, poderemos ajudar milhões de pessoas, que esperam por essas linhas há tanto tempo. Ora, são 21 estações de metrô para a população de São Paulo, que espera há tanto tempo por essas melhorias. Quero saber se vocês vão voltar a suas bases e dizer: "fomos contra os recursos que iriam fazer com que essas estações ficassem prontas".

Gostaria de continuar falando sobre o Orçamento do estado de São Paulo. São 216,5 bilhões, com 5,11% de aumento. E isso ocorre após a maior crise por que este país já passou, apertando os cintos, mas distribuindo recursos para as prioridades do nosso Estado. Quero voltar a esta tribuna, depois, para falar um pouco sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT, com anuência de meu líder.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Nós temos dois minutos para o encerramento da sessão. Portanto, Luiz Turco, V. Exa. provavelmente não irá encaminhar, por conta da comunicação do deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, é um absurdo. O deputado Marco Vinholi chegou aqui este ano e está tentando mostrar serviço, para ver se o governador o enxerga. Só tome cuidado, deputado, pois o governador está mudando. Mas V. Exa. está tentando mostrar serviço, aqui, para todo mundo.

Mas vir falar que não há problema... Deputado Marco Vinholi, não sou engenheiro e não sou arquiteto. Nunca fiz um desenho para construir uma obra nem um projeto. Porém, creio que o normal, quando se vai fazer um projeto, é calcular e fazer o estudo do solo, do terreno, do subsolo, de todas as interferências. Ver aquilo que se quer projetar: o peso, a quantidade. Numa linha de metrô, deve-ser considerar a velocidade e a quantidade de gente que vai ser transportada. Tudo isso vai influenciar numa obra a ser feita.

O metrô precisa passar por algum lugar. Não se faz o desenho da linha do metrô como na "Aquarela" do Toquinho, vai lá e simplesmente desenha em uma folha em branco. Não é isso, não basta a imaginação, tem que ter um projeto.

Portanto, se tem valor a maior, eu mostrei o vídeo dos Simpsons ontem. Aliás, o governador até parece um personagem dos Simpsons. Fez toda uma pompa anunciando o monotrilho, disse que iria terminar em 2014, que iria fazer 14 estações, disse até quanto custaria.

Vossa Excelência disse ali que ia fazer 14 quilômetros, é mentira. O projeto inicial fala em 24.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Alencar, o tempo da presente sessão está esgotado. Vossa Excelência pode voltar a utilizar a palavra logo mais.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação da constituição, adita a Ordem do Dia com o Projeto de lei Complementar nº 31, de 2017, e com Projeto de decreto legislativo nº 14, de 2017, relativo às contas do Poder Executivo para o início de 2016.

Esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária do dia 26 de dezembro, terça-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje e os aditamentos anunciados. Lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a ter início dez minutos após o término da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

* * *

22 DE DEZEMBRO DE 2017
72ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS
Secretários: CARLOS BEZERRA JR.,
JUNIOR APRILLANTI,
WELLINGTON MOURA e ED THOMAS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em votação o PL 1070/17, salvo emendas.
2 - ROQUE BARBIERE
Encaminha a votação do PL 1070/17, pelo PTB.
3 - TEONILIO BARBA
Para questão de ordem, pede esclarecimentos acerca de procedimentos durante reuniões de comissões desta Casa.
4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Cita o artigo 56 do Regimento Interno para esclarecer a dúvida levantada pelo parlamentar.
5 - ENIO TATTO
Para reclamação, levanta dúvida sobre o fato de ter sido pautado para esta sessão extraordinária o PDL 14/17, uma vez que, adita, não fora concluída a leitura do voto em separado na comissão temática. Questiona com base em que a matéria fora pautada.
6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa ter designado relator especial para o PDL 14/17.
7 - MILTON LEITE FILHO
Para reclamação, faz coro ao questionamento dos deputados petistas. Indaga se o artigo 56 do Regimento Interno ainda estava valendo.
8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Afirma que sim, que fora cumprido o artigo mencionado pelo parlamentar.
9 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Encaminha a votação do PL 1070/17, pelo PT.
10 - ENIO TATTO
Para reclamação, comenta decisão desta Casa de banir o relator especial para projetos em tramitação, a exemplo do que fizera o ex-presidente Fernando Capez. Lembra compromisso do presidente Cauê Macris de também não nomear relatores especiais. Apela pelo cumprimento do acordo.
11 - PEDRO KAKÁ
Encaminha a votação do PL 1070/17, pelo PODE.
12 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Pede ao presidente para ter acesso ao processo do PDL 14/17.
13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Pede à assessoria que entregue o processo do PDL 14/17 ao deputado Alencar Santana Braga.
14 - ENIO TATTO
Encaminha a votação do PL 1070/17, pela liderança da Minoria.
15 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para reclamação, tece comentários sobre os trabalhos de comissão temática durante o dia de hoje. Pede esclarecimentos sobre parecer do relator especial ao PDL 14/17.
16 - RAUL MARCELO
Encaminha a votação do PL 1070/17, pelo PSOL.
17 - JOSÉ AMÉRICO
Para comunicação, discorre sobre decisão do presidente, de designar relator especial para o PDL 14/17. Lê trecho de artigos do Regimento Interno sobre o assunto. Argumenta contra a iniciativa do presidente, a qual considera irregular. Faz diversos apontamentos sobre a questão.
18 - ROBERTO MASSAFERA
Encaminha a votação do PL 1070/17, pelo PSDB.
19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovado o PL 1070/17, salvo emendas.
20 - JOSÉ AMÉRICO
Solicita verificação de votação.